

54. Assinale a alternativa correta.

- (A) As Constituições retiram certas decisões fundamentais do âmbito das disposições das maiorias. Todavia não são elas eternas e imutáveis e devem periodicamente serem alteradas pela via formal, cujo processo se manifesta pela denominada mutação Constitucional.
- (B) A mutação Constitucional – fenômeno de adaptação às novas exigências de seu tempo – implica a manutenção da estrutura formal, mas com alteração dos signos linguísticos.
- (C) A mutação Constitucional pela via formal constitui-se em mecanismo adequado de alteração da constituição. sob pena de violação ao princípio democrático.
- (D) /
(
i
t
(
(
e
f

55. Mode-
tuinte

- (A) f
f
f
- (B) c
e
f
(
- (C) c
c
f
- (D) c
f
f



56. No âmbito do direito constitucional brasileiro, pode-se afirmar:

- (A) o papel representativo é incompatível com as competências que a Constituição Federal outorga ao Supremo Tribunal Federal e com o *deficit* democrático de sua composição.
- (B) a soberania popular se expressa pelos agentes públicos eleitos e a proteção da ordem jurídica é conferida ao Poder Judiciário, operando-se a separação rígida entre direito e política.
- (C) o Supremo Tribunal Federal desempenha dois papéis distintos:
 - I – o primeiro na teoria constitucional, denominado de contra majoritário, que implica proteção às regras

mentais;
representativo,
sociais
objeto de
podendo
e acesso

ação por
a delibe-
redada a

I, a inter-
em cará-
a garantir

isição do
bunal de

isição do

o Supre-

itação do
bunal de

58. A emenda constitucional 45, ao criar o Conselho Nacional de Justiça, alocou-o entre os órgãos do Poder Judiciário, circunstância da qual decorre a seguinte consequência:

- (A) o Conselho Nacional de Justiça poderá rever, desde que provocado, os processos disciplinares de juízes e membros dos tribunais, decididos pelas corregedorias locais, vedada a avocação, em face da autonomia dos Tribunais, conferida constitucionalmente.
- (B) o Conselho Nacional de Justiça poderá rever, de ofício ou por provocação, os processos disciplinares em curso e os já julgados há menos de um ano.
- (C) o Conselho Nacional de Justiça procederá o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, além dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, ainda, emitir decisões jurisdicionais abstratas e de orientação, em matéria de competência a lhe ser atribuída pelo Estatuto da Magistratura.
- (D) o Conselho Nacional de Justiça exercerá suas funções de controle administrativo e disciplinar dos membros do Poder Judiciário, de maneira subsidiária ou supletiva, sob pena de violação da autonomia dos tribunais, conferida constitucionalmente.

59. Leia o texto a seguir.

“(…) arranca da ideia de que a leitura de um texto normativo se inicia pela pré-compreensão do seu sentido através do intérprete. A interpretação da constituição também não foge a esse processo: é uma compreensão de sentido, um preenchimento de sentido juridicamente criador, em que o intérprete efectua uma atividade prática normativa, concretizando a norma a partir de uma situação histórica concreta. No fundo esse método vem realçar e iluminar vários pressupostos da atividade interpretativa: (1) os pressupostos subjetivos, dado que o intérprete desempenha um papel criador (pré-compreensão) na tarefa de obtenção de sentido do texto constitucional: (2) os pressupostos objectivos, isto é, o contexto, actuando o intérprete como operador de mediações entre o texto e a situação a que se aplica: (3) relação entre o texto e o contexto com a mediação criadora do intérprete, transformando a interpretação em ‘movimento de ir e vir’ (círculo hermenêutico). (...) se orienta não por um pensamento axiomático mas para um pensamento problematizadamente orientado.”

Da leitura do texto do constitucionalista J.J. Gomes Canotilho, conclui-se que o autor se refere a que método de interpretação constitucional?

- (A) Método tópico-problemático-concretizador.
- (B) Método científico-espiritual.
- (C) Método tópico-problemático.
- (D) Método hermenêutico-concretizador.

60. A instituição de região metropolitana para o fim de integrar a organização, planejamento e execução de funções de interesse público de interesse comum, autorizada pela Constituição Federal, depende

- (A) de iniciativa de qualquer dos municípios que compoñham a região, uma vez obtida a anuência dos entes limítrofes, a ser instituída por Consórcio.
- (B) de iniciativa dos Estados-membros, desde que conte com a anuência dos municípios limítrofes, a ser instituída por Convênio.
- (C) de iniciativa dos Estados-Membros, por meio de Lei Complementar.
- (D) de iniciativa dos Estados-membros, por meio de lei ordinária.

DIREITO ELEITORAL

61. Sobre a arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, é correto afirmar:

- (A) eventuais recursos financeiros que sobrarem ao final da campanha deverão ser transferidos ao partido.
- (B) a doação feita por pessoa física acima do limite legal sujeita o infrator e o candidato solidariamente ao pagamento de multa.
- (C) não são admissíveis doações estimáveis em dinheiro, ressalvado o emprego de recursos próprios do candidato, nos limites da lei.
- (D) o partido ou candidato que receber recursos de fontes identificadas, mas vedadas pela lei, deverá transferi-los para conta única do Tesouro Nacional.

62. Sobre a propaganda eleitoral, é correto afirmar:

- (A) não se considera antecipada a participação em entrevistas ou programas de debate no rádio, televisão ou internet, inclusive com a exposição de plataformas ou de projetos políticos e eventual menção à candidatura e às qualidades pessoais do pré-candidato.
- (B) a propaganda irregular presume-se de responsabilidade do candidato desde que o conteúdo lhe faça referência, independentemente de ser intimado da respectiva existência.
- (C) é vedada nos bens públicos ou de uso comum, sendo proibida inclusive a colocação de mesas para distribuição de material ao longo das vias públicas.
- (D) é permitida na internet, mas o provedor de conteúdo e de serviços multimídia que hospeda a divulgação só responde se, notificado, não tomar providências para fazer cessar a propaganda irregular e se ficar demonstrado que o material era de seu prévio conhecimento.

63. No âmbito eleitoral, reputa-se conduta vedada aos agentes públicos, servidores ou não:

- (A) fazer nomeação ou exoneração, nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos, para cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança.
- (B) fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos para a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição.
- (C) no ano em que se realizar eleição, promover distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.
- (D) ceder servidor público ou empregado da Administração direta ou indireta, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, inclusive se o servidor ou empregado estiver licenciado.

64. São considerados inelegíveis pela lei, para qualquer cargo:

- (A) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável, ainda que de forma culposa, e por decisão irreversível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão.
- (B) os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato for suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário.
- (C) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer crime, desde que doloso.
- (D) os que tenham contra si representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, desde que por decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes.

65. Sobre filiação partidária, é **incorreto** afirmar:

- (A) o cancelamento imediato ocorre nos casos de morte, perda de direitos políticos, expulsão e filiação a outro partido.
- (B) ela exige que o eleitor esteja no pleno gozo de seus direitos políticos.
- (C) se for constatada a coexistência de filiações partidárias, serão todas elas canceladas.
- (D) consideram-se justa causa para a desfiliação a mudança substancial ou desvio reiterado de programa partidário; a grave discriminação política pessoal; e a mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.

DIREITO EMPRESARIAL

66. Considerando a definição de “estabelecimento” contida no artigo 1.142 do Código Civil e a possibilidade, prevista nos artigos 1.143 e seguintes, a natureza jurídica desse instituto jurídico, adotada pelo nosso legislador, é aquela de

- (A) pessoa jurídica.
- (B) universalidade de direito.
- (C) sociedade de fato.
- (D) núcleo patrimonial provisório.

67. A recusa à venda de bens ou à prestação de serviços em condições corriqueiras na prática comercial representa, de acordo com a Lei nº 12.529/2011,

- (A) afronta à boa-fé objetiva.
- (B) afronta à boa-fé subjetiva.
- (C) fonte possível de enriquecimento sem causa, a ser comprovada.
- (D) lesão a direitos.

68. Ação judicial proposta com fundamento em nota promissória vencida e não paga deverá ser
- (A) admitida, se proposta ação monitoria até o decurso de cinco anos do vencimento do título.
 - (B) admitida, caso seja proposta ação de execução no prazo de até cinco anos do dia seguinte ao do seu vencimento do título.
 - (C) admitida, qualquer que seja a ação proposta, aplicando-se ao caso o prazo da prescrição ordinária.
 - (D) extinta, pela prescrição, se proposta ação monitoria após três anos do vencimento do título.
69. A retirada do sócio de sociedade limitada
- (A) depende da aprovação dos demais em assembleia ou reunião.
 - (B) condiciona-se à prévia propositura de ação judicial.
 - (C) condiciona-se à apresentação de justa causa.
 - (D) constitui direito potestativo do sócio retirante.
70. Na alienação fiduciária em garantia, regida pelo Decreto-lei nº 911/1969,
- (A) a mora e a busca e apreensão do bem estão condicionadas à prévia notificação do devedor.
 - (B) a mora se configura com o vencimento da obrigação, mas a busca e apreensão do bem está condicionada à prévia notificação do devedor.
 - (C) a notificação do devedor é facultativa, mas necessária para a preservação de direitos de terceiros.
 - (D) não há necessidade de prévia notificação do devedor para a busca e apreensão do bem, sendo esta decorrência imediata do inadimplemento.
71. Quais dos créditos indicados a seguir **não** têm natureza extraconcursal na recuperação judicial?
- (A) Aqueles derivados de contrato de câmbio.
 - (B) Honorários de advogados decorrentes de serviços prestados à sociedade após o deferimento da recuperação.
 - (C) Obrigações garantidas por penhor mercantil.
 - (D) Bens alienados fiduciariamente não essenciais à realização da atividade empresarial da sociedade.
72. No caso da celebração de um contrato de prestação de serviços vinculados à saúde, a obtenção do consentimento informado do paciente, destinatário final do atendimento, é
- (A) subordinada às condições e cláusulas do contrato celebrado, a serem apreciadas em cada caso concreto.
 - (B) obrigatória, tratando-se de obrigação vinculada ao princípio da boa-fé.
 - (C) facultativa e sujeita à aferição de necessidade, a ser feita pelo profissional de saúde.
 - (D) obrigatória, tratando-se da obrigação principal do contrato celebrado.
73. Quais dos elementos indicados a seguir são considerados indispensáveis para a existência de uma empresa?
- (A) Lucro, sociedade e aviamento.
 - (B) Produção racional, comercialização dos produtos e função social.
 - (C) Eficiência, registro no órgão competente e estabilidade.
 - (D) Atividade, empresário e estabelecimento.
74. O reconhecimento da nulidade de um contrato determina
- (A) a inexigibilidade do título pelo novo titular do crédito por endosso.
 - (B) a autonomia da nota promissória como título executivo em favor do credor original.
 - (C) a validade do título em favor de qualquer portador.
 - (D) a inexigibilidade das notas promissórias a ele vinculadas, caso estejam na posse do credor original.
75. Qual dos títulos de crédito a seguir é necessariamente causal?
- (A) O cheque.
 - (B) A promissória.
 - (C) A letra de câmbio.
 - (D) A duplicata.

76. Considerando-se o disposto no artigo 150, VI, “d” da Constituição Federal de 1988, notadamente a expressão “... e o papel destinado à sua impressão”, é de se concluir corretamente que

- (A) a imunidade deve ser estendida também aos livros com suportes em CD e outros meios eletrônicos, em face das interpretações evolutiva e teleológica.
- (B) somente o livro de papel deve ser imune a impostos, uma vez que, operando a imunidade como limitação ao poder de tributar de que dotado o Estado, sua interpretação há de ser restritiva.
- (C) somente o livro de papel é imune a impostos, à vista da cláusula expressa “... e o papel destinado à sua impressão”. (artigo 150,VI, “d”, Constituição Federal).
- (D) se a Constituição não distinguiu o suporte tecnológico de elaboração de livros, jornais e periódicos, não pode o intérprete fazê-lo para o fim de ampliar a imunidade.

77. Assinale a alternativa correta.

- (A) A norma de isenção se aloca no plano da definição da competência tributária, não ocorrendo, portanto, o fato imponible, por não existir a possibilidade de formulação da hipótese de incidência.
- (B) As imunidades e isenções não se distinguem a partir da fonte formal da qual emanam.
- (C) As isenções técnicas são legitimamente reconhecidas ante a ausência de capacidade contributiva como a concedida visando à preservação do mínimo vital ou destinada a uma pessoa jurídica para que possa desenvolver suas atividades.
- (D) A imunidade política é também denominada de imunidade recíproca e veda a tributação sobre patrimônio, renda e serviços das pessoas jurídico-políticas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

78. Considerando o disposto no artigo 156, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal, pode-se afirmar que foi instituída a denominada

- (A) progressividade fiscal genérica.
- (B) progressividade extrafiscal genérica.
- (C) progressividade fiscal específica do IPTU.
- (D) progressividade extrafiscal específica do IPTU.

79. A extrafiscalidade pode ser conceituada como

- (A) a possibilidade de delegação da capacidade tributária ativa e da aptidão de exigir e arrecadar tributo, desde que o faça por lei, a outra pessoa de direito público ou privado que preste serviços públicos.
- (B) o mecanismo pelo qual a pessoa política, por meio de lei, transfere sua capacidade ativa a outra pessoa de direito público, como as autarquias.
- (C) a atividade que se expressa na atuação estatal de exigência de tributos com o objetivo exclusivo de arrecadação, e a geração de receitas, operando-se em desvio de finalidade.
- (D) o emprego de instrumentos tributários para o alcance das finalidades não arrecadatórias, mas incentivadoras ou inibidoras de comportamentos, com vista à realização de valores constitucionalmente relevantes.

80. O princípio da função social da propriedade

- (A) só tem aplicação como mecanismo de extrafiscalidade (artigo 182, parágrafo 4º, II da Constituição Federal).
- (B) tem incidência no âmbito do direito tributário, uma vez que pressupõe manifestação de riqueza e se liga à ideia de justiça distributiva.
- (C) não tem aplicação no direito tributário, porque a propriedade por si só não implica submissão à função social e à tributação.
- (D) não se aplica ao direito tributário, uma vez que inexistente correlação entre essa função e a tributação.

81. Assinale a alternativa correta.

- (A) A imunidade do artigo 150, VI, “b” da Constituição Federal deve ser interpretada ampliativamente de modo a incluir todos os imóveis da entidade religiosa, sem restrição, uma vez que o Estado Brasileiro, embora laico, garante o exercício da fé religiosa, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal.
- (B) A imunidade prevista no artigo 150, VI, “b” da Constituição Federal de 1988 deve ser estendida aos cemitérios de cunho religioso, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal.
- (C) A imunidade conferida aos templos se estende à Maçonaria, em cujas lojas se professa culto no sentido empregado pela Constituição Federal, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal.
- (D) A imunidade do artigo 150, VI, “b” da Constituição Federal de 1988 estende-se aos cemitérios, ainda que ostentem natureza privada e empresarial, uma vez que ali se realizam ritos relacionados com a fé religiosa, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal.

82. Sobre a hipótese de ICMS incidente sobre operações com combustíveis e lubrificantes, é correto afirmar:

- (A) não incide o princípio da anterioridade em qualquer de suas manifestações no que se refere à diminuição e reestabelecimento de alíquotas.
- (B) incide o princípio da anterioridade próprio das contribuições sociais, no que se refere à diminuição e reestabelecimento de alíquotas.
- (C) incide a anterioridade especial no que se refere à diminuição e reestabelecimento de alíquotas.
- (D) incide o princípio da anterioridade genérica no que se refere à diminuição e reestabelecimento de alíquotas.

83. Sobre a dação em pagamento, é correto afirmar que

- (A) é instituto de direito civil acolhido pelo Código Tributário Nacional, como forma de extinção do crédito tributário, mediante a entrega de bens, no modo e condições estabelecidos em decreto do Chefe do Poder Executivo da pessoa jurídica de direito público credora.
- (B) é instituto de direito civil acolhido pelo Código Tributário Nacional, como forma de extinção do crédito tributário, mediante a entrega de bens móveis e imóveis, no modo e condições estabelecidos em lei.
- (C) é instituto de direito civil acolhido pelo Código Tributário Nacional, como forma de extinção do crédito tributário, mediante a entrega de bens imóveis, no modo e condições estabelecidos pela lei.
- (D) é instituto de direito civil não expressamente acolhido pelo Código Tributário Nacional, mas que pode ser admitido pela legislação específica dos entes tributantes como forma de extinção do crédito tributário, mediante a entrega de bens.

84. A alienação ou oneração de bens imóveis presume-se em fraude à execução em relação à Fazenda Pública a partir

- (A) do protesto da Certidão da Dívida Ativa.
- (B) da inscrição do débito tributário na Dívida Ativa.
- (C) do ajuizamento da ação de execução fiscal.
- (D) do despacho que ordenou a citação do executado.

85. A lei referida no parágrafo 7º do artigo 195 da Constituição Federal que estabelece os requisitos para o reconhecimento da imunidade para a seguridade social das entidades beneficentes de assistência social, segundo o julgamento do tema 32 pelo plenário do STF, deve ter hierarquia de

- (A) Lei complementar de caráter nacional.
- (B) Lei ordinária de caráter suplementar editada pelos entes federativos.
- (C) Lei ordinária de caráter nacional.
- (D) Lei ordinária a ser editada por cada ente federativo.

86. Considere a reflexão de Michel Serres em *O contrato natural*:

“O retorno à natureza! O que implica acrescentar ao contrato exclusivamente social a celebração de um contrato natural de simbiose e de reciprocidade em que a nossa relação com as coisas permitiria o domínio e a posse pela escuta admirativa, a reciprocidade, a contemplação e o respeito, em que o conhecimento não suporia já a propriedade nem a ação o domínio, nem estes os seus resultados ou condições estercoreárias. Um contrato de armistício na guerra objetiva um contrato de simbiose: o simbiota admite o direito do hospedeiro, enquanto o parasita – o nosso atual estatuto – condena à morte aquele que pilha e o habita sem ter consciência de que, a prazo, se condena a si mesmo ao desaparecimento. O parasita agarra tudo e não dá nada; o hospedeiro dá tudo e não agarra nada. O direito de dominação e de propriedade reduz-se ao parasitismo. Pelo contrário, o direito de simbiose define-se pela reciprocidade: aquilo que a natureza dá ao homem é o que este lhe deve dar a ela, tornada sujeito de direito.”

Pode-se afirmar que, nessa reflexão, o autor propõe

- (A) que os fundamentos filosóficos do direito ambiental devem se fundar numa ética antropocêntrica clássica, e não numa defesa ingênua do meio ambiente, que não existe como uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas.
- (B) a predominância do humano deve implicar uma ética utilitarista sobre a natureza, uma vez que é situado ele em padrão mais elevado entre os seres do mundo, e ser ela essencial para satisfação de suas necessidades.
- (C) uma alteração no eixo metodológico e paradigmático do direito ambiental do antropocentrismo clássico para um biocentrismo moderado em que a natureza, pelos valores que representa em si mesma, venha receber proteção e, por seu próprio fundamento, missão jurídica e ética do Homem.
- (D) que os fundamentos éticos e filosóficos do direito ambiental devem ter em consideração a visão humanística – razão cartesiana centrada no sujeito (ser humano) cindido do objeto (natureza) – da qual decorre a circunstância de que a dimensão do humano deve ser a medida sob todo o mundo natural.

87. Em relação ao princípio da precaução, é correto afirmar:

- (A) implica a ideia de um conhecimento completo sob os efeitos de determinada técnica – domínio científico – sobre causas e efeitos de seu uso e, em razão do potencial lesivo já diagnosticado, impõe que se evite a ocorrência desses danos já conhecidos.
- (B) o uso de técnicas e pesquisas de organismos geneticamente modificáveis não deve ser regulado pelo princípio da precaução e sim pelo princípio da prevenção.
- (C) foi aceito pela doutrina e jurisprudência brasileiras com o advento da Lei nº 11.105/2005 quando foi explicitado no ordenamento jurídico.
- (D) objetiva regular o uso de técnicas sob as quais não há um domínio seguro de seus efeitos.

88. Assinale a alternativa correta.

- (A) A omissão ou atuação insuficiente em matéria ambiental implicará a sujeição do Estado-Administração ao Estado-Legislator no exercício da função de controle político, afastado o controle jurisdicional em razão da sua falta de legitimidade democrática.
- (B) Na hipótese de omissão ou atuação insuficiente do Estado em relação à matéria ambiental e ante a impossibilidade de atuação de controle jurisdicional, em razão do dogma da separação dos poderes, a questão deverá ser solucionada no âmbito dos órgãos de controle interno da Administração Pública ou de pessoas jurídicas por ela criadas e que, inclusive, possam deter competência sancionatória.
- (C) Ocorrendo a omissão do Estado ou sua atuação deficiente no tocante às competências e deveres de proteção ambiental, o controle de sua inércia se dará pelos mecanismos políticos centrados na soberania popular.
- (D) A hipótese de omissão ou atuação insuficiente do Estado em matéria ambiental possibilitará o controle jurisdicional, inclusive no tocante às políticas públicas e condenação em prestações positivas.

89. Considerando-se que o artigo 942 do Código Civil estabelece a possibilidade de responsabilidade civil solidária e, ainda, o disposto no artigo 3º, inciso IV, da Lei nº 6.938/81, tem-se que no âmbito do direito ambiental:

- (A) haverá solidariedade entre os causadores do dano sem necessidade da mensuração da ação ou omissão de cada um, no nexo de causalidade, sendo exigível, todavia, a unidade do elemento subjetivo.
- (B) haverá a regra de solidariedade, mas a indenização poderá ser mitigada ante a prova da ação de outros sujeitos ativos que sejam danosas ao meio ambiente, para além daquela provocada pelos agentes poluidores responsabilizados.
- (C) havendo mais de um causador de um dano ambiental, todos respondem solidariamente, na medida de sua contribuição para o nexo causal plúrimo.
- (D) havendo mais de um causador do dano, todos respondem solidariamente, não sendo relevante a discussão sobre a mensuração subjetiva de cada um no nexo de causalidade plúrimo.

90. O licenciamento ambiental legalmente deferido ao empreendedor

- (A) o desonera da responsabilidade administrativa.
- (B) o desonera de responsabilidade por eventuais danos ambientais, ante a licitude da sua atividade.
- (C) não desonera, mas mitiga a sua responsabilidade civil pelos danos ambientais, uma vez que sua atividade foi autorizada pela Administração Pública.
- (D) o desonera da responsabilidade civil, uma vez que sua atividade foi expressamente autorizada pela Administração Pública, sendo, portanto, lícita.

DIREITO ADMINISTRATIVO

91. Considerando-se o regime jurídico dos bens públicos, pode-se afirmar que

- (A) a eles não se aplica o princípio da função social da propriedade, em razão do regime de impenhorabilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade.
- (B) a eles se aplica, com grau diferenciado, o princípio da função social da propriedade, em relação aos bens de uso comum do povo.
- (C) a eles se aplica o princípio da função social da propriedade, em grau diferenciado, em relação aos bens dominiais.
- (D) a eles se aplica o princípio da função social da propriedade que incide indistintamente e com mesmo grau de intensidade, dada sua função normativa, sobre todo o ordenamento jurídico e sobre o domínio público e particular.

92. O conteúdo jurídico do princípio da moralidade administrativa pode ser conceituado como

- (A) aquele referido na ética da legalidade ou, em outros termos, os valores éticos que ela consagra sem espaços para outros juízos axiológicos senão aqueles objetivados e explicitados nas normas-regras e, portanto, sem autonomia específica.
- (B) aquele que vincula a Administração Pública a um comportamento ético, conforme discurso da modernidade, com dimensão autônoma em relação ao princípio da legalidade.
- (C) a resultante da moral social de uma época a vincular a atuação da Administração Pública.
- (D) referente às regras da boa administração e às regras internas visando normatizar o poder disciplinar da Administração.

93. O motivo do ato administrativo pode ser conceituado como:

- (A) a normatividade jurídica que irá incidir sobre determinada situação de fato que lhe é antecedente.
- (B) a ocorrência no mundo fenomênico de certo pressuposto fático, relevante para o direito, que vai postular ou possibilitar a edição do ato administrativo.
- (C) a explicitação dos fundamentos de fato e de direito que levaram à edição do ato administrativo e sem a qual o ato é nulo.
- (D) o móvel ou intenção do agente ou, em outros termos, a representação psicológica que levou o administrador a agir, e que tem especial importância no plano dos atos discricionários.

94. Sobre as agências reguladoras, é correto afirmar:

- (A) embora possuam natureza jurídica de autarquia, são dotadas de regime especial, consistente em alto grau de autonomia, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e poder de regulação mediante a edição de normas gerais e abstratas de natureza infralegal, em matérias de suas competências, e subordinada ao princípio da legalidade.
- (B) possuem natureza jurídica de autarquia – o que impõe criação e extinção por lei – e desenvolvem, sob regime jurídico de direito público, atividades próprias do Estado e com certa autonomia em relação à administração central, não diferindo, portanto, de suas congêneres.
- (C) por sua conformação constitucional distinta, não se subordinam ao modelo das autarquias, uma vez que possuem alto grau de autonomia que se expressa no mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e, no poder normativo, com possibilidade de inovar na ordem jurídica com edição de normas abstratas e gerais nas matérias de suas competências.
- (D) são dotadas de autonomia administrativa e financeira e hierárquica em relação à Administração Direta, como os demais entes autárquicos, mas dotadas de regime especial que se expressa na previsão de mandatos fixos e estabilidade de seus dirigentes.

95. Sobre a impenhorabilidade dos bens públicos, pode-se afirmar que

- (A) tem natureza absoluta por decorrerem da inalienabilidade que os caracterizam.
- (B) é absoluta, com exceção da hipótese de concessão de garantia da União em operações de crédito externo, nos termos do artigo 52, VIII, da Constituição Federal de 1988.
- (C) é absoluta, com exceção da hipótese de sequestro de bens ao teor do artigo 100, parágrafo 6º, da Constituição Federal de 1988.
- (D) admite exceção para a hipótese de sequestro de bens, nos termos do artigo 100, parágrafo 6º, da Constituição Federal de 1988, e para a concessão de garantia, em condições especialíssimas, em operações de crédito externo, cabendo ao Senado Federal dispor sobre limite e concessões, nos termos do artigo 52, VIII, da Constituição Federal de 1988.

- 96.** Particularmente, no tocante ao processo administrativo, é correto afirmar:
- (A) ao processo administrativo disciplinar são asseguradas todas as garantias do processo penal, inclusive a defesa técnica, não se aplicando nesse aspecto a restrição sumulada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) orienta-se pela informalidade, não se aplicando as garantias próprias do processo penal, no tocante à ampla defesa e contraditório.
 - (C) deve ter as garantias do contraditório e da ampla defesa, mas não a defesa técnica quando se tratar de processo disciplinar de natureza civil, conforme orientação sumulada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (D) nada obstante a orientação do Supremo Tribunal Federal, a ele deve ser aplicado o princípio da defesa técnica, uma vez que se trata de garantia de direito individual e a orientação da jurisprudência do STF não é vinculativa.
- 97.** Uma vez cumprida a avaliação a que se sujeita o servidor público em seu estágio probatório e verificando-se que não atendeu os seus deveres funcionais, deverá ele ser
- (A) demitido, após sua oitiva sobre os resultados da avaliação, fundamentando-se o ato, acaso persista a conclusão sobre o não cumprimento dos deveres funcionais.
 - (B) exonerado, após sua oitiva sobre os resultados da avaliação, fundamentando-se o ato, acaso persista a conclusão sobre o não cumprimento dos deveres funcionais.
 - (C) exonerado sem necessidade de fundamentação do ato administrativo, uma vez que não se trata de servidor estável.
 - (D) demitido sem necessidade de fundamentação do ato administrativo, uma vez que não se trata de servidor estável.
- 98.** O julgamento das propostas em certame licitatório que tenha como critério o da melhor técnica implicará que
- (A) a proposta vencedora será aquela que apresentar a melhor média ponderada entre técnica e preço.
 - (B) a proposta vencedora será aquela que resulta de uma negociação que culmine com a escolha daquela que, tendo alcançado índice técnico comparativamente mais elevado que as outras, aceite em reduzir a cotação que havia feito até o montante da menor proposta entre as ofertadas.
 - (C) a proposta vencedora será a que apresentar a melhor técnica, sendo o preço um fator secundário, desde que haja prévia autorização da mais alta Autoridade Administrativa no âmbito da qual se processa o certame licitatório.
 - (D) para a hipótese de contratação de serviços prevalentemente intelectuais, como projetos, cálculos, gerenciamento e consultorias, a proposta vencedora será aquela que apresentar a melhor técnica, sendo o preço um fator secundário.
- 99.** Atingindo-se o limite global de despesas com pessoal, nos termos do artigo 169 da Constituição Federal de 1988, os cargos públicos objeto de redução
- (A) serão extintos e só poderão ser criados após 4 (quatro) anos, respeitado o limite de gastos com pessoal.
 - (B) permanecerão vagos pelo período de 4 (quatro) anos, após o que, respeitado o limite de gastos com pessoal, poderão ser novamente providos, aproveitando-se os servidores exonerados.
 - (C) serão extintos e só poderão ser criados após 5 (cinco) anos, respeitado o limite de gastos com pessoal.
 - (D) permanecerão vagos até que, respeitado o limite de gastos com pessoal, e a critério de juízo discricionário do Chefe do Poder respectivo, venham a ser novamente providos, aproveitando-se os servidores exonerados.
- 100.** O direito de greve reconhecido constitucionalmente aos servidores públicos implica que
- (A) do seu exercício, todavia, poderá resultar o desconto de metade dos dias paralisados, de maneira a compatibilizar o direito constitucional à greve com o princípio da continuidade do serviço público.
 - (B) seu exercício imporá os descontos dos dias paralisados, não se admitindo a compensação, uma vez que adstrita a Administração Pública ao princípio da legalidade.
 - (C) do seu exercício, todavia, poderá resultar o desconto dos dias paralisados a ser efetuado pela Administração Pública, com possibilidade de compensação na hipótese de acordo.
 - (D) poderá ser exercido nos mesmos moldes dos trabalhadores da iniciativa privada, sem possibilidade de descontos dos dias paralisados.

